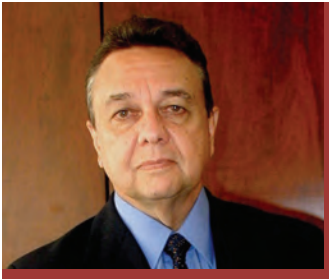


## Diário de bordo

## Modernizar o crédito rural



Roberto Rodrigues\*

O VICE-PRESIDENTE de Agronegócios do Banco do Brasil, ex-ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Luis Carlos Guedes Pinto, vem despertando muita atenção do setor rural, do Parlamento, e até mesmo de áreas do Executivo Federal ao tecer críticas procedentes sobre o “envelhecimento” do nosso modelo de crédito rural.

Com efeito, ele foi montado há 43 anos, durante os quais as mudanças no agronegócio brasileiro foram notáveis, seja no caráter tecnológico, seja no gerencial, seja no comercial, alcançando um ótimo nível de competitividade global. E, é claro, os instrumentos de crédito rural não acompanharam essa evolução. Ficou no passado a situação em que o volume total de crédito rural oficial disponível era quase o dobro do custo de produção da safra brasileira. Hoje, a participação é de aproximadamente um terço da necessidade do setor.

Como, na prática, o crédito rural tornou-se um crédito bancário, é preciso observar regras de regulamentação do sistema financeiro, como a classificação de risco e a constituição de provisões para créditos de liquidação duvidosa. Com isso, o crédito oficial não atende à demanda, e o agricultor corre atrás de fontes de financiamento mais caras, aumentando o juro médio a ser pago.

A partir de uma exposição realizada por Guedes no Conselho Superior do Agro-

negócio da Fiesp, decidiu-se iniciar imediatamente um amplo trabalho visando à modernização do crédito rural no Brasil.

Os temas a serem tratados seriam, entre outros, os seguintes:

- desburocratizar os processos para obtenção do crédito rural, velho desejo dos produtores, sempre buscado, com resultados ainda insatisfatórios.
- criar um modelo de crédito rotativo e renovável para o conjunto dos empreendimentos da propriedade rural, de modo que vários ciclos produtivos sejam automaticamente atendidos.
- montar um sistema de seguro rural poderoso e compulsório, que garanta renda ao produtor, de modo que o crédito fique mais “confiável” para parte dos bancos.
- subsidiar o prêmio de opções de venda, à imagem da subvenção ao prêmio do seguro. O próprio governo estadual de São Paulo estaria disposto a participar desse subsídio.
- criar um fundo de liquidez para o crédito rural.

Tais instrumentos acabariam eliminando as recorrentes negociações de dívidas, e custariam muito menos ao Tesouro Nacional.

Para dar consistência ao projeto, organizou-se um grupo de trabalho, do qual participarão o próprio BB, outros órgãos do governo (Bacen, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento) pelo lado oficial federal, e, pelo lado privado, o próprio Cosag, a CNA, a OCB, a Abag, a SRB e a BM&F. Também participarão um representante da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados e outro do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Agricultura.

Esperamos ter tudo pronto para discussão final em março de 2009. É esperar para ver. ■

\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

## Produzir

## Recomendações contra a crise



Cesário Ramalho da Silva\*

UM NOVO ano começa e o momento inicial exige cautela, em razão da crise econômica. A Sociedade Rural Brasileira (SRB) foi uma das primeiras entidades a alertar para os problemas decorrentes do agravamento da crise. A hora crítica chegará na época da colheita da safra de verão.

O produtor rural precisa estar preparado para atravessar a turbulência, com planejamento criterioso das suas finanças, economizar ao máximo e investir tão somente o necessário, a fim de mitigar os riscos.

A recomendação passa pela gestão do fluxo de caixa, administrado por meio de uma simples planilha de despesas e receitas futuras. É uma previsão de gastos e ganhos futuros, e não uma análise do passado. Trata-se de uma moderna técnica de orçamento “base zero”.

Com um fluxo de caixa bem controlado, o produtor terá um diagnóstico antecipado das suas finanças. Isso facilitará a administração do seu negócio, com identificação dos períodos de caixa mais apertado ou dê uma “folguinha”. Assim, conseguirá programar-se melhor para obter vantagens ou evitar perdas nas compras e vendas, bem como nas operações de captação de recursos. O *timing* preciso do fluxo de caixa ajudará a fazer prognósticos mais exatos da dinâmica do negócio.

Para funcionar de maneira eficaz, o fluxo de caixa requer total conhecimento dos

## Opinião

## A reforma indesejada

custos. O produtor tem de ter na ponta do lápis todos os seus custos. Sabê-los é a base do planejamento. Jamais deve acontecer uma mistura das finanças pessoais com as da fazenda. Se fizer isso, o produtor perderá a capacidade de avaliar se o negócio vai bem ou mal.

Como os preços são voláteis, já a escolha de ser eficiente é uma decisão que está mais nas mãos do produtor que no humor dos mercados. Dessa forma, o produtor não pode, principalmente em um período de crise, descuidar da qualidade dos processos e do produto que entrega.

Ele pode e deve ainda reavaliar investimentos, analisar se vale a pena reformar em vez de comprar algo novo, medir o desempenho de sua equipe, avaliar as condições oferecidas pelos fornecedores, estudar o melhor comprador para a produção e assim por diante. Tudo em nome do aumento de produtividade, que acarretará o encurtamento do ciclo econômico da sua atividade. .

A otimização do ritmo de produção será benéfica para o fluxo de caixa (olha ele aí de novo), pois o produtor terá mais chances de sempre ter algum capital de giro, diminuindo os buracos no orçamento.

Ao final, quero deixar uma mensagem otimista. A ONU prevê que o mundo terá de aumentar em 50% a produção de alimentos até 2030 e dobrar até 2050. O diretor da FAO, divisão da ONU para alimentação e agricultura, Jacques Diouf, já disse que se trata de um desafio e tanto para de comer a 9 bilhões de pessoas em 2050.

O Brasil é o país que reúne as melhores condições para fornecer ao mundo alimentos e energia limpa e renovável de que o planeta tanto precisa. Disponibilidade de terras, clima favorável, variedade de solos, estoque de água doce são importantes vantagens que temos na agricultura. Isso sem contar o perfil empreendedor e a competência dos produtores rurais. Temos muitos desafios, mas tenho certeza de que nosso amanhã será positivo. ■



João Sampaio\*

A REFORMA tributária brasileira parece tiririca. O agricultor conhece o mal causado por essa erva daninha. A planta nasce no meio da pastagem e não permite o seu desenvolvimento. Invade a área sem respeitar limites de cerca. Nasce forte, e, quanto mais é cortada e recortada, se fortalece. Enfim, suas características são bem similares à atual proposta de reforma tributária, que afeta 200 dispositivos constitucionais, remexe as relações entre os Três Poderes e cria distorções entre estados produtores e consumidores.

Não estuda o agronegócio, nem lhe dá foco, apesar de representar no País 37% dos empregos e ser responsável pelos superávits da balança comercial nos últimos anos. No campo da tributação, a agropecuária, na propriedade, gera R\$ 22 bilhões por ano. Isso corresponde a um ônus de 13% do PIB agrícola. Na agroindústria e distribuição, são R\$ 80 bilhões, ou 20% do obtido por esses segmentos. Ao todo, o setor recolhe R\$ 102 bilhões, totalizando 18% do seu PIB para pagar impostos de forma geral, segundo o Cepea/Esalq/USP.

Tudo sem contar as distorções que persistirão entre estados agrícolas, processadores e países do Mercosul, com a reforma proposta. Hoje, um trator produzido no município gaúcho de Horizontina custa R\$ 120 mil. Se o produtor for a Porto Alegre (a 500 km) o comprará pelo mesmo

preço, mas se for a Montevideu (a 700 km), poderá adquiri-lo por 30% menos. Por quê? A política de exportação garante isenção de PIS/Cofins/ICMS, mas no mercado interno não vale. O oposto também ocorre: o litro de glifosato (herbicida sistêmico) no Paraguai ou Argentina é até 50% mais caro que no Brasil. Não se trata de defender a tributação na saída nem na entrada, mas que prevaleça um bom senso tributário, hoje inexistente. É um salve-se quem puder.

Na guerra fiscal entre estados, a reforma tributária consegue ser pior que a tiririca. Comumente, essa batalha consiste na atração de empresas mediante a isenção do ICMS, principal imposto estadual sobre o valor adicionado. A proposta constitucionaliza a prática, oferece um prazo de 12 anos de duração dos incentivos e permite que qualquer estado crie o incentivo que quiser.

No caso da agricultura, a industrialização dos produtos, ao invés de beneficiar os estados processantes, poderá prejudicá-los, porque prevê uma redução drástica nas alíquotas interestaduais, transferindo recursos dos estados produtores para os consumidores. Se antes a chamada "commoditização" dos nossos produtos agrícolas já era criticada por privilegiar o mercado exportador, isento de vários impostos, com a proposta, a mesma coisa se aplica ao mercado interno.

O setor de fertilizantes, estratégico para uma agricultura subtropical dependente de produtos químicos importados como a nossa também não foi pauta de discussão assim como a agricultura num todo.

Como se nota, a reforma que ninguém quer é mesmo uma tiririca, por mais que cortemos, ela já nasce com um vício de origem. Além de ser considerada das piores dos últimos vinte anos por dez entre dez analistas, ela simplesmente ignora o setor do agronegócio. ■

\* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

\* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)